

# Folha Empresarial



Este suplemento integra a edição de 02 de Junho do jornal "País" e não pode ser vendido separadamente

Presidente do Concelho Directivo: Carlos Henriques | Directora Executiva: Denise Cortês Keyser



## CTA mantém reformas na mira

O novo elenco directivo da Confederação das Associações Económicas (CTA) propõe-se a continuar a dialogar com o Governo na perspectiva de induzir a ocorrência de reformas económicas que possam dar alento às Pequenas e Médias Empresas (PME)

NEGÓCIOS COM MEGA- PROJECTOS



# ACIS desenvolve campanha nacional de cadastro de PME

**A Associação de Comércio, Indústria e Serviços de Moçambique (ACIS) está a levar a cabo uma campanha nacional de cadastro de empresas que operam no país, com especial enfoque para as Pequenas e Médias Empresas (PME), no âmbito da iniciativa de “Vínculos de Negócios e Desenvolvimento de Fornecedores”, lançada recentemente por esta agremiação.**

**O referido registo está a ser executado através do Portal INBID [www.inbid.net](http://www.inbid.net), criado especialmente para que as PME possam aceder aos concursos públicos que diariamente são publicados na imprensa, particularmente pelos mega-projectos.**

**No âmbito da iniciativa “Vínculos de Negócios e Desenvolvimento de Fornecedores”, a ACIS pretende agregar toda a informação sobre as PME que existem no país e disponibilizar esta importante ferramenta de “procurement” para o estabelecimento de negócios entre estas e as grandes empresas ou mega-projectos.**

**O mercado nacional já tem alguns portais de fornecedores que funcionam de forma isolada, como são os casos das plataformas electrónicas criadas pela moçambicana Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB); Anadarko, dos Estados Unidos da América (EUA); e pela Vale Moçambique, de origem brasileira.**

**T**rata-se de iniciativas através das quais as grandes empresas estabelecidas no país pretendem materializar o compromisso de fortalecer o tecido empresarial nacional, promover o emprego e geração de rendimentos cada vez maiores para os moçambicanos.

Com efeito, as empresas interessadas, com particular destaque para as Pequenas e Médias Empresas (PME) inscrevem-se de forma fácil, rápida e transparente, de modo a competirem em igualdade de circunstâncias para o fornecimento de bens e serviços por cada uma das empresas.

Manuel Gameiro, administrador da HCB para a área de Aprovisionamento, afirma que há uma afluência muito grande ao portal da Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB), pois, até ao momento, 652 empresas estão inscritas no portal, o que permite que acedam aos processos inerentes aos concursos, concorram e os expedientes sejam encerrados pontualmente, através desta ferramenta.

“Criámos o portal onde as empresas podem inscrever-se de forma simples e, a partir daí, têm acesso a todos os concursos promovidos pela empresa em tempo real. Isto faz parte da nossa política de compras e materializa a nossa convicção sobre a importância e abrangência que as PME têm para o tecido económico moçambicano”, sublinhou.

No que se refere à transparência dos processos, Gameiro disse que o portal só permite o acesso às candidaturas, por parte da equipa de *procurement*, na data limite da sua apresentação. O que ainda constrange é o facto de a HCB utilizar tecnologias de rede de transporte de energia que, pela sua complexidade, não existem no mercado nacional. Gameiro refere, ainda, que numa primeira fase, houve um elevado cepticismo por parte de muitos agentes económicos que não acreditavam na ferramenta. “Achavam que era umas dessas iniciativas para ‘o inglês ver’, mas, à medida que o tempo foi passando, foram acreditando e já estão a fazer negócios com a HCB”.

Para se ultrapassar esta barreira psicológica, a empresa realizou seminários de apresentação da página, publicitou a iniciativa na imprensa nacional, e prossegue com a promoção de encontros regionais nos quais demonstra até que ponto os mega-projectos podem contribuir para uma maior interligação com a economia doméstica, nas várias perspectivas, e servirem de incentivo e catapultar essas PME.

“É uma iniciativa que pretende ser abrangente e geradora de um debate proactivo e que leve as empresas de menor dimensão a ganharem a consciência de que empresas como a HCB são muito exigentes em termos de padrão de qualidade, pelo que as PME devem estar habilitadas a acompanhar esse processo”, disse Manuel Gameiro. ■

# Experiência da Vale

**P**or seu turno, a Vale Moçambique, que está presente no país no segmento de carvão mineral - um insumo essencial para a transformação de minério de ferro em aço e na produção de energia eléctrica em futuras centrais -, actua na geração de valor através da inclusão na cadeia de valor de empresas locais e promove o desenvolvimento sustentável destas em benefício da economia local.

No quadro da actuação junto de fornecedores, esta empresa demanda bens e serviços à escala global, nomeadamente no que respeita a equipamentos de mineração de tipo escavadoras, empilhadeiras, recuperadoras, correia transportadora, camião fora de estrada e pneus de camião fora de estrada, carruagens, locomotivas, caris e obras civis desenvolvidas por grandes construtoras.

Numa segunda dimensão, a Vale procura bens e serviços à escala nacional, onde solicita os préstimos de empresas de gestão de obras e projectos, transporte, electricidade, telecomunicações, água, topografia, operação portuária e limpezas industrial e predial.

Ainda ao nível nacional, mas orientado para empresas posicionadas em Tete, a demanda é pelo fornecimento de bens e serviços de segurança pessoal, tais como capacetes, luvas, botas, peças sobressalentes, hotelaria, limpeza, higiene e limpeza, construção de vedações e manutenções gerais de tipo soldadura e calderaria. Dados em



nosso poder indicam que no quadro da sua actuação no país, a Vale Moçambique terá gasto 2.8 biliões de dólares no país e mais de 30 por cento deste valor terá sido utilizado para a aquisição de bens e serviços junto de empresas de capital maioritariamente moçambicano.

Para tornar conhecido o seu portal, a Vale tem estado a realizar e a participar em even-

tos com fornecedores locais, onde divulga a sua demanda, requisitos e, paralelamente, identifica empresas que possam atender.

A título de exemplo, em 2012, foi realizada em Tete a apresentação do Projecto Carvão Moatize, que culminou com o registo de cerca de 100 empresas, algumas das quais citadas como “bem-sucedidas” nos seus vínculos de negócios com a Vale. No mês de

Julho do ano passado, o distrito de Nacalaa-Velha, em Nampula, acolheu a apresentação do Projecto Corredor Nacala, também desenvolvido pela Vale Moçambique, que culminou com o cadastro de um total de 130 empresas. De igual modo, no mês de Agosto de 2013, foi realizado um evento similar na cidade de Nampula, que catalisou a inscrição de outras 100 empresas. ■

## Já se fazem negócios com a Anadarko

**A**nadarko Moçambique Área 1 Lda (AMA1), concessionária para a pesquisa e produção de hidrocarbonetos na área 1 “offshore” do bloco de Rovuma, contratou a CDC Development Solutions com o objectivo de promover a capacidade das Pequenas e Médias Empresas moçambicanas, incluindo as empresas de Pemba, de modo a participarem com maior efectividade na crescente economia da província de Cabo Delgado.

Este ano, a CDC Development Solutions tem como objectivo principal estabelecer uma fundação forte para executar de forma eficaz o programa de desenvolvimento dos fornecedores moçambicanos da AMA1, através da consciencialização sobre o projecto AMA1 e criação de uma base de dados de empresas moçambicanas que poderão eventualmente fornecer bens e serviços a este projecto.

Com base nestes elementos, está a ser prestado apoio às PME para terem acesso a informações sobre oportunidades de concursos e potenciais contratos com a AMA1, conhecimentos sobre os padrões de saúde e normas de segurança que devem ser cumpridas por empreiteiros contratados pela Anadarko, formação sobre concursos e submissão de propostas, referências de instituições financeiras e empresas que possam prestar formação e serviços de consultoria



para desenvolver a capacidade de PME em áreas relevantes.

Para aceder a esta iniciativa, a Anadarko indica que está disponível um portal na inter-

net onde as empresas nacionais submetem as suas manifestações de interesse junto com os seus estatutos (tal como publicado no Boletim da República), Certificado de

Registo Comercial actualizado, Licença operacional actualizada ou documento equivalente emitido pela autoridade competente, Número Único de Identificação Tributária (NUIT) e Declaração de Início de Actividade (Modelos M1 ou M6).

“A informação elaborada na base de dados será utilizada como referência para a Anadarko e seus parceiros. Já realizámos ‘due diligence’ em mais de 200 empresas moçambicanas e, ao longo do tempo, iremos continuar a adicionar empresas à nossa base de dados”, refere fonte da Anadarko. ■

### Ficha Técnica



Propriedade e edição da ACIS  
**Presidente:**  
 Carlos Henriques  
**Directora Executiva:**  
 Denise Cortês Keyser  
**Layout e distribuição:** Jornal Pais  
**Endereço:** Associação de Comércio e Indústria (ACIS)  
 Avenida Poder Popular 264  
 Caixa Postal 7  
 Tel: +258 23 325997  
 Fax: +258 21 019527 - Beira  
 Av. Marginal 141/C - Prédio Global Alliance  
 2º Andar - Maputo

PARA TRIÉNIO 2014/2017

# CTA mantém reformas na mira

O novo elenco directivo da Confederação das Associações Económicas (CTA), que tomou posse no passado mês de Maio, pretende manter no topo da sua agenda a materialização de reformas económicas e assegurar que sejam implementadas políticas claras sobre o papel do empresariado nacional nas oportunidades geradas pela indústria extractiva. Na cerimónia de tomada de posse dos novos órgãos sociais da CTA, realizada sob o lema “Com os membros e parceiros realizámos reformas económicas em Moçambique”, Rogério Manuel, presidente do Concelho Directivo, disse que o novo elenco está disposto a trabalhar com o Governo para acordar o melhor modelo de diálogo público-privado capaz de resolver, em tempo recorde, problemas reais que afectam os negócios, sobretudo ao nível das Pequenas e Médias Empresas (PME), que constituem a maioria.

“Neste mandato, continuaremos com o projecto de federalização e consolidação das associações económicas já existentes. Para melhor coordenação do trabalho sobre reformas, queremos criar o Concelho Económico Técnico, constituído pelos presidentes das federações e presidentes dos pelouros transversais”, disse.

Para Rogério Manuel, a CTA deve prosseguir com as acções tendentes à sustentabilidade da organização, que, segundo revelou, conta com uma nova entidade afiliada, a que se denominou “CTA Participações”. “Só com reformas económicas é que o país pode ter empresas vibrantes, competitivas e capazes de contribuir para o bem-estar dos moçambicanos”, sublinhou.

Fazendo um balanço sobre o último triénio, Manuel disse que, naquele período, a agremiação por si dirigida logrou algumas realizações, tais como o reforço da capacidade institucional da CTA ao nível da Direcção Executiva, pelouros, conselhos empresariais provinciais, órgãos que lideram o diálogo público-privado. “A CTA conta actualmente com sede própria, que dentro em breve será inaugurada. No âmbito do desenvolvimento associativo, apetrechámos os Concelhos Empresariais Provinciais (CEP) e algumas associações com equipamento informático e internet”, lembrou.

Manuel disse, ainda, que em relação ao diálogo público-privado, a CTA continua a interagir com o Governo e instituições

públicas, o que resultou na aprovação de algumas reformas, como, por exemplo, a efectiva isenção do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA) na Agricultura, revi-

são de preços de empreitadas em caso de mudança de circunstâncias, revisão da Lei de Medicamentos e liberalização do espaço aéreo.

“Vamos procurar manifestar o nosso ponto de vista dentro da CTA e contribuir para a agenda através da nossa experiência e sugestões”



**Carlos Henriques**  
Presidente do Concelho de Gerência da ACIS e vice-presidente do Concelho Directivo da CTA

Por seu turno, Carlos Henriques, dirigente da Associação de Comércio, Indústria e Serviços (ACIS), eleito vice-presidente do Concelho Directivo da CTA, disse que a participação da ACIS visa trazer a experiência desta agremiação e conhecimento para o bem de todos e tem como finalidade ajudar a conduzir a CTA a bom porto.

“A ACIS é uma associação com muitos membros e é conhecida por trabalhar em prol dos seus associados, com vista ao melhoramento do ambiente de negócios no país e, com base nisso, a lista do Rogério Manuel convidou-nos a fazermos parte do Concelho Directivo”, disse.

Segundo Carlos Henriques, o principal desafio da CTA é melhorar o ambiente de negócios removendo as barreiras administrativas, nomeadamente, a quantidade de papel que temos que processar na tramitação de expedientes ligados à constituição de empresas e estimular a vontade política para as reformas com vista à promoção do empresariado e desenvolvimento económico.

Porque este novo elenco toma posse numa altura em que o país se prepa-

ra para a realização de eleições gerais, Henriques disse que gostaria que houvesse mais abertura por parte do futuro Governo, para que ambas as partes possam falar francamente e acertarem o passo.

“Penso que estamos muito bem com o actual Governo, porque conseguimos ter a abertura necessária para fazermos as nossas críticas, estabelecermos metas e, sobretudo, alcançámos vários acordos. Para o futuro, espero que haja uma maior coordenação”, afirmou.

Para este novo membro do Concelho Directivo, a CTA deve ter clareza do que pretende e o Governo deve ter uma atitude de coordenação entre os diferentes sectores do Estado, para que possa haver uma clara sintonia em relação às matérias que ainda são divergentes, como são os casos do estabelecimento de tolerâncias de ponto, salário mínimo, entre outros.

“Sendo a ACIS uma associação combativa, vamos procurar manifestar o nosso ponto de vista dentro da CTA e contribuir para a agenda através da nossa experiência e sugestões”, disse.



Neste mandato, continuaremos com o projecto de federalização e consolidação das associações económicas já existentes. Para melhor coordenação do trabalho sobre reformas, queremos criar o Conselho Económico Técnico, constituído pelos presidentes das federações e presidentes dos pelouros transversais



“A nossa missão é trabalhar nas reformas económicas”

**Rui Monteiro**  
Vice-presidente do Concelho de Direcção da CTA

Para Rui Monteiro, também vice-presidente do Concelho de Direcção da CTA, “a nossa missão é trabalhar nas reformas económicas e apressar as que estão em curso, para que sejam rapidamente implementadas. É a maior prioridade. Trabalhar com os pelouros para realizarmos todos os pontos das matrizes. Precisamos de ter um diálogo muito activo. Há muito trabalho a fazer”.

“O foco será a implementação de políticas de Conteúdo Local”

**Prakash Prehlad**  
Vice-presidente do Concelho Directivo da CTA

O quarto vice-presidente do Concelho Directivo, Prakash Prehlad, entende que um dos primeiros desafios desta reeleição é o voto de confiança que os membros da CTA depositam nos novos órgãos sociais, que impõe uma grande responsabilidade, pelo que o foco será a implementação de políticas de Conteúdo Local que permitam que as PME tenham acesso, para fazer crescer estas empresas.

“O que temos que fazer é acelerar o passo nas reformas para melhorarmos o ambiente de negócios”



**Quessanias Matsombe**  
Presidente do Concelho Fiscal da CTA

Quessanias Matsombe, eleito presidente do Concelho Fiscal da CTA, disse que “o que temos que fazer é acelerar o passo nas reformas, para melhorarmos o ambiente de negócios, porque estamos muito atrás quando comparados com outros países de pouca expressão económica. Sentimos que as reformas estão a ser lentas e, a título de exemplo, no turismo, continuamos com problemas de espaço aéreo que tornam o país um destino turístico muito caro”. De igual modo, Matsombe referiu que persistem constrangimentos no sector agrário, na tributação, fornecimento de energia eléctrica, abastecimento de água, estradas, comunicações, entre outros sectores, pelo que o diálogo com o Governo deve continuar, até à remoção de todas as barreiras e melhoramento geral do ambiente de negócios. “É preciso compreender que, ao nível de África, a CTA é um modelo e acreditamos que qualquer governo que quer ver o país a crescer deve fortalecer o sector privado, porque ele é que responde pela criação de postos de trabalho, aumento da base tributária e combate à pobreza”, frisou. ■

## Opinião

### Gabriel Machado

Eng. Electrotécnico e perito em Desenvolvimento Organizacional, é um consultor, facilitador e formador em Gestão, com experiência de mais de 30 anos de trabalho com indivíduos, equipas e organizações para atingirem o seu pleno potencial. Actual Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Moçambicana de Educação e Desenvolvimento S.A., foi especialista de Desenvolvimento Organizacional da ONG Americana FHI Development 360 e da Machados Holding, Director da Unidade Técnica da Reforma do Sector Público (UTRESP), Secretário Executivo para desenho do Programa Integrado de Reforma da Educação Profissional (PIREP) e posteriormente Gestor de Qualificações e Formação do PIREP. Foi Coordenador dos Mecanismos Consultivos da CTA e mais tarde Director Executivo. Durante 10 anos foi Sócio – Gerente da CBE Consultores, tendo iniciado sua carreira como professor e gestor do Ensino Técnico Profissional onde permaneceu cerca de 20 anos.

# Quadro Nacional liga a Educação

O Programa Integrado de Reforma da Educação Profissional (PIREP) foi desenhado tendo como objectivo estabelecer, com o envolvimento de todos os parceiros sociais, um sistema de Educação Profissional (Ensino Superior Tecnológico, Ensino Técnico e Formação Profissional) integrado, coerente, flexível e impulsionado pela demanda do mercado de trabalho, para responder a necessidade de Moçambique ter cidadãos mais competentes e empreendedores e dar resposta aos desafios de maior competitividade das organizações e mais Iniciativa individual e promoção de auto – emprego.

Os principais princípios que norteiam a referida reforma são: Transição de um sistema de Educação Profissional baseado na oferta para uma abordagem “orientada para a procura” do mercado de trabalho; Desenvolvimento de um sistema coerente e integrado de Educação Profissional; Qualificações profissionais de Educação Profissional baseado em padrões de competência profissional; Sistema de ensino - aprendizagem com pontos de entrada / saída flexível construído com base em módulos de formação; Envolvimento das partes interessadas (Sector privado e parceiros sociais) na definição de políticas e estratégias, no desenvolvimento de padrões de competência profissional e qualificações profissionais e na governação / gestão do sistema e das instituições de Educação Profissional; A tomada de decisão descentralizada para o nível das instituições de ensino; Base financeira sustentável, diversificando as fontes de financiamento.

#### O que significa e implica realmente uma abordagem “orientada para a procura” do mercado de trabalho?

O planeamento e oferta de educação técnica e formação profissional coincide com as exigências de uma economia em crescimento e uma mudança no mercado de trabalho (formal e informal).

Ter acesso a informações de qualidade sobre as necessidades quantitativas e qualitativas do mercado de trabalho.

O envolvimento do sector privado na prestação de assessoria política, desenho de padrões de competência e qualificações profissionais e na governação, gestão e financiamento da Educação Profissional

#### O que se entende por um sistema coerente e integrado de Educação Profissional?

Os diferentes fornecedores de educação técnica e formação profissional (públicos e privados) do sistema são organizados, coordenados e regidos sob uma estrutura única qualificação, o Quadro Nacional de Qualificações Profissionais;

Os estudantes podem articular horizontal (entre as diferentes instituições) e verticalmente (entre diferentes níveis dentro de uma instituição ou sub - sistema) sujeitos a requisitos de nível de entrada;

Os estudantes podem obter o reconhecimento da aprendizagem adquirida anteriormente (pré-avaliação), independentemente

do local onde a aprendizagem ocorre (dentro ou fora da escola); Os provedores de educação profissional estão estreitamente ligados ao empregador e associações empresariais e sociais a nível regional e local, para garantir um fluxo bidireccional de informações e ideias para estimular a melhoria contínua dos cursos em resposta à evolução das necessidades do mercado de trabalho.

#### O que significa o envolvimento das partes interessadas e por que isso é necessário ou desejável? O Sector privado e a sociedade civil são:

Consultados e exercem influencia na definição da política do governo (a nível nacional);

Activamente envolvidos na concepção e desenvolvimento de padrões de competência e qualificações profissionais (a nível sectorial)

Envolvidos na governação e gestão do sistema e das instituições de educação técnica e formação profissional (nível institucional) na tomada de decisão em matéria de desenho dos cursos e módulos de formação, na oferta e implementação de acções de formação que é devolvida do nível central, para comités sectoriais e para os órgãos locais / institucionais

na avaliação dos estudantes que é realizada a partir da instituição de formação mas com envolvimento de entidades externa (Sector Privado e Associações Profissionais)

na introdução de sistemas de gestão de qualidade em gestão escolar para garantir a responsabilização de boas práticas.

#### Como será coordenada e gerida a Educação Profissional (Ensino Superior Tecnológico, Ensino Técnico e Formação Profissional) no futuro? Quais os principais instrumentos para a Gestão da Educação Profissional?

Será criada uma Autoridade Nacional de Educação Profissional (ANEP), também designada em outros países de Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, como um instituto público integrado na administração indirecta do Estado, sob a tutela dos Ministérios da Educação conjuntamente com o Ministério do Trabalho, em articulação com o Ministério da Planificação e o Ministério das Finanças e um activo envolvimento do sector privado e a sociedade civil na governação, com autonomia administrativa, financeira e pedagógica no prosseguimento das suas atribuições.

A ANEP terá por missão coordenar a execução das políticas de educação profissional de jovens e adultos e assegurar o desenvolvimento e a gestão do sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais. De entre as principais atribuições da ANEP, relacionado com o tema em discussão, se podem destacar:

Promover, por meio dos dispositivos e estruturas correspondentes, em particular através da concepção e atualização em permanência do Catálogo Nacional de Qualificações Profissionais (CNQP), a identificação, a produção e a comparabilidade nacional e internacional das qualificações essenciais para a competitividade e modernização da economia, mobilizando, para o efeito, a comunidade científica, o mundo empresarial e outras instituições, estruturas e serviços de educação e formação profissional de jovens e adultos;

# de Qualificações ao Mundo do Trabalho

Caro empregador, contamos com a sua colaboração na construção das qualificações de hoje e de amanhã, garantindo desta forma que o Quadro Nacional de Qualificações Profissionais (QNQP) ligue Educação ao Mundo do Trabalho

Desenvolver e gerir o sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais, de âmbito escolar e profissional, assegurando a coordenação da correspondente rede de estruturas, bem como o acompanhamento, a monitorização, a avaliação e a regulação do sistema, em estreita colaboração com as demais entidades que integram o Quadro Nacional de Qualificações Profissionais;

Coordenar, dinamizar e gerir a oferta de educação e formação profissional de dupla certificação destinada a jovens e adultos, bem como a rede de entidades responsáveis pela aplicação dos correspondentes dispositivos de informação e orientação, assegurando a complementaridade dos sistemas de educação e formação profissional e a qualidade das referidas ofertas, através de um Catálogo Nacional de Cursos Técnico – Profissionais (CNCTP);

O Actual Quadro Nacional de Qualificações Profissionais (QNQP) de Moçambique tem apenas 5 níveis de qualificação profissionais correspondentes à Formação Profissional e Ensino Técnico. Os níveis de qualificação e os critérios de nível de qualificação são uma indicação da relativa complexidade e/ou profundidade da competência profissional (Mobilização de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho de actividades ou funções típicas segundo padrões de qualidade e produtividade requeridos pela natureza do trabalho) e a autonomia requerida para demonstrar essa competência. As qualificações de nível 1 têm a mais baixa complexidade e a qualificação de nível 5 a maior complexidade. Tendo em vista uma maior integração entre a Educação Profissional e o Ensino Superior e a introdução do Ensino Superior Tecnológico através da introdução do grau de Associate (existente nos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, também designado Tecnólogo no Brasil) propomos um debate alargado com todas as partes interessadas na Educação Profissional para o estabelecimento e aprovação de um QNQP abrangente (incluindo todo o sistema de educação) com 10 níveis de qualificações profissionais, nomeadamente:

Nível 01 – Certificado Vocacional I	(Level 1 – Certificate I)
Nível 02 – Certificado Vocacional II	(Level 2 – Certificate II)
Nível 03 – Certificado Vocacional III	(Level 3 – Certificate III)
Nível 04 – Certificado Vocacional IV	(Level 4 – Certificate IV)
Nível 05 – Diploma Técnico Medio	(Level 5 – Diploma)
Nível 06 – Diploma de Tecnólogo	(Level 6 – Advanced Diploma, Associate Degree)
Nível 07 – Bacharelato	(Level 7 – Bachelor Degree)
Nível 08 – Licenciatura	(Level 8 – Bachelor Honours Degree)
Nível 09 – Mestrado	(Level 9 – Masters Degree)
Nível 10 – Doutoramento	(Level 10 – Doctoral Degree)

O Catálogo Nacional de Qualificações Profissionais (CNQP) será um instrumento de gestão estratégica de qualificações profissionais e organizar-se-á por áreas de educação e formação, de acordo com a Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação, e definirá para cada qualificação profissional os respectivos referenciais: (a) Perfil Profissional, (b) Referencial de Formação, (c) Referencial de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (componente de base e tecnológica).

O CNCP tem como objectivo promover e facilitar o acesso à qualificação de dupla certificação a jovens e adultos, nomeadamente: i) mo-

dularizando a oferta de formação – definindo percursos formativos organizados em Unidades de Formação de Curta Duração (10, 25 e/ou 50 horas); ii) disponibilizando referenciais para processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. O Catálogo será um instrumento aberto e em permanente atualização, sendo gerido pela Autoridade Nacional de Educação Profissional (ANEP).

Outra vantagem do CNCP reside no facto de todos os referenciais de formação associados às qualificações se encontrarem estruturados em Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) poderem ser mobilizadas para o redesenho de uma formação que responda de forma mais adequada às necessidades de qualificação que as organizações no mercado de trabalho apresentam. Todas as UFCD são capitalizáveis, possibilitando assim a sua certificação autónoma, a gestão de ritmos individualizados de formação, e uma maior flexibilidade na construção de percursos de qualificação profissional “à medida”.

Um dos principais instrumentos que operacionaliza e garante o envolvimento activo dos empregadores são os Comités Técnicos Sectoriais (CTS). Os CTS são grupos de trabalho técnico-consultivos, nos quais têm assento entidades formadoras, parceiros sociais, autoridades competentes, peritos independentes, empresas, etc., com o principal objectivo identificar as necessidades de atualização do CNQP, considerando as evoluções e alterações ocorridas nos diferentes sectores da sociedade. Estes conselhos apresentam ou analisam propostas de alteração, integração e exclusão das qualificações constantes do CNQP. A sua actuação é sobretudo estratégica, visando o desenho das qualificações necessárias actualmente ao nosso tecido empresarial e a preparação das qualificações que podem ajudar a responder aos desafios que as empresas enfrentarão num futuro próximo.

Para garantir um permanente envolvimento das empresas, associações empresariais e profissionais e outras entidades da sociedade civil será estabelecido um Modelo Aberto de Consulta (MAC). O MAC será um mecanismo que possibilitará que qualquer entidade, possa participar na atualização do CNQP. Este Modelo proporcionará uma maior dinamização do Catálogo e permitirá alargar o debate em torno das necessidades de qualificações profissionais a outras estruturas que se encontram ausentes dos CTS. Através do preenchimento de formulários próprios as entidades poderão submeter propostas que visem: (a) a integração de novas qualificações profissionais no CNQP; (b) a revisão das actuais qualificações; (c) a alteração de um perfil profissional; (d) a alteração do um referencial de formação; (e) a alteração de um referencial de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências; (f) a exclusão de qualificações existentes no CNQP.

Seguindo os princípios, as abordagens, as metodologias e os instrumentos definidos e a definir para a Reforma da Educação Profissional em Moçambique, as empresas e outros parceiros sociais poderão participar activamente na construção de novas qualificações profissionais, indo ao encontro do que procuram para poder: (a) Ter sucesso competitivo; (b) Renovar-se enquanto organização; (c) Apostar na qualificação dos seus colaboradores; (d) Posicionar-se no mercado; (e) Alargar fronteiras.

Caro empregador, contamos com a sua colaboração na construção das qualificações de hoje e de amanhã, garantindo desta forma que o Quadro Nacional de Qualificações Profissionais (QNQP) ligue Educação ao Mundo do Trabalho. ■

“Para Moçambique se desenvolve e crescer, precisamos de 23 milhões de empreendedores”

# Relevância de uma Câmara de Minas

Augusto Chivangue

Jurista  
 achivangue@salcaldeira.com

**M**oçambique está no radar dos investidores mineiros, vivendo um dos mais interessantes momentos da sua história económica. De facto, no que concerne a investimentos na área dos recursos minerais, Moçambique tem-se tornado uma referência obrigatória. Esta realidade tornou-se ainda mais evidente quando S.Excia. a Ministra dos Recursos Minerais, Dra. Esperança Bias, referiu durante uma conferência anual sobre o carvão, que pretende “colocar Moçambique entre os primeiros cinco lugares dos países mais atractivos do mundo na área mineira”. Esse desiderato, embora bastante ambicioso, é bem possível graças ao potencial que o país apresenta.

No entanto, questões surgem quanto as condições de operacionalização deste desiderato. Para tal podem-se apontar vários factores importantes; porém, um dos factores que mais se destaca é a existência de uma indústria mineira coesa e robusta, na qual os investidores dão um contributo significativo nas políticas legislativas e regulamentares que norteiam o sector mineiro. A experiência em outros países, que tem uma tradição mais aprofundada na indústria mineira, demonstra que as câmaras de minas são excelentes veículos de sinergias entre as várias partes interessadas e no estabelecimento de uma relação suave e mutuamente vantajosa com às entidades governamentais.

Uma câmara de minas é uma associação de empresas mineiras que zela pelos interesses dos seus membros na indústria mineira. Neste caso podemos dizer que afigura-se vantajosa uma câmara de minas que, numa só voz, pode veicular as preocupações de toda uma indústria de forma coerente e clarividente. Ademais, a ex-

periência mostra que as entidades governamentais sentem-se mais confortáveis em lidar com uma única entidade, representativa dos interesses de toda a indústria mineira, em vez de interagir com vários actores com interesses diversos, especialmente quando se trata de questões que afectam a indústria como um todo.

Sendo um organismo importante para a economia de um país, a câmara de minas tem o condão de poder intervir e opinar vigorosamente em questões de interesse nacional, propor reformas legais, promover eventos e cursos que impulsionem e esclareçam a prática da actividade mineira, fomentar as melhores práticas mineiras de acordo com os padrões internacionais e projectos de desenvolvimento social nas comunidades, constituindo assim um importante parceiro das entidades governamentais.

Neste sentido o exemplo da República da África do Sul é bastante elucidativo. A Câmara de Minas da África do Sul, que existe a mais de cem anos, tem feito um trabalho extraordinário em defender os interesses dos seus membros e intervir em questões fulcrais da indústria mineira. A acção da Câmara de Minas da África do Sul teve efeitos até no nosso país, pois os mineiros moçambicanos que lá se encontravam a trabalhar passaram a receber as pensões a que têm direito, resultante dos descontos que foram fazendo nos anos anteriores. Importa frisar que, neste aspecto, o Governo de Moçambique, particularmente o Ministério do Trabalho, teve o valioso apoio da Câmara de Minas da África do Sul na identificação dos trabalhadores beneficiários das pensões. Sem este valioso apoio, o processo de identificação dos trabalhadores beneficiários teria sido moroso e até ineficaz. Esta é uma demonstração dos benefícios de ter um órgão colectivo em con-

dições de intervir quando se trata de uma questão de acção colectiva. Agora, que dizer de Moçambique? Em que situação se encontra o país nesta questão? Podemos dizer com satisfação, que em 2012, foi reconhecida a Câmara de Minas de Moçambique (“CMM”). Nos termos dos Estatutos desta associação, a CMM é uma associação de direito privado, de âmbito nacional e sem fins lucrativos, que visa, entre outros, promover a defesa dos interesses dos seus membros no prosseguimento das actividades mineiras. Para o seu lançamento, a CMM contou com o encorajamento activo da S.Excia. a Ministra dos Recursos Minerais.

Embora exista a menos de dois anos, a CMM tem interagido com outras associações da indústria extractiva, no sentido de estabelecer um constante diálogo construtivo com as entidades governamentais. O constante diálogo construtivo tem em vista garantir maior clareza e coerência no quadro legal aplicável na indústria extractiva no geral e na indústria mineira em particular. No ano transacto, a CMM intercedeu em prol da indústria, principalmente junto do Ministério dos Recursos Minerais, do Ministério das Finanças, do Ministério da Coordenação da Acção Ambiental e do Ministério do Trabalho, com o objectivo de transmitir as preocupações da indústria mineira nas áreas correspondentes. A acção da CMM foi relevante considerando que tem sido aprovada onda de legislação nova que tende, em determinados domínios, a dificultar a realização da ambição da Sra. S.Excia. a Ministra dos Recursos. ■

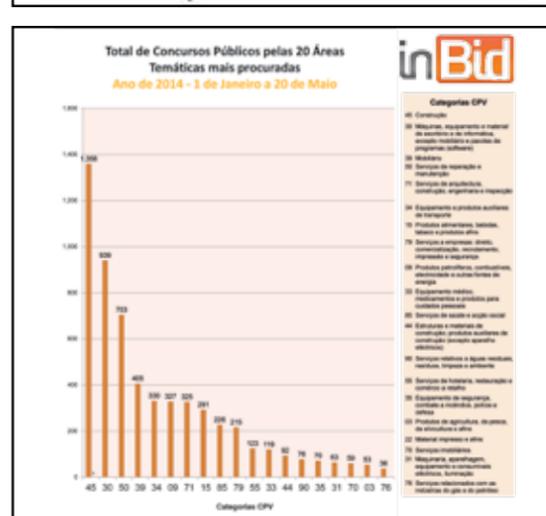
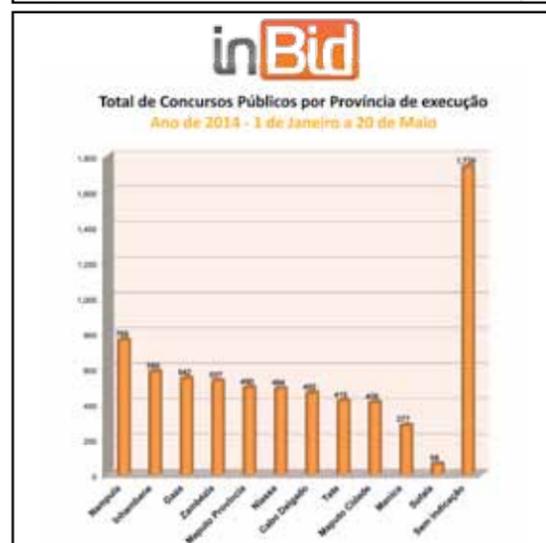
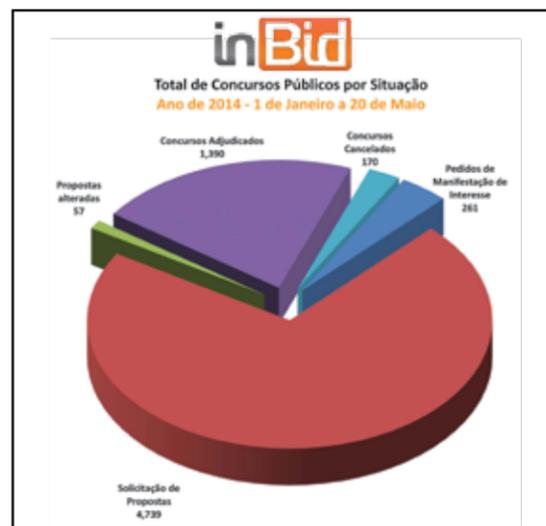
A opinião expressa pelo autor no artigo aqui publicado, não veicula necessariamente o posicionamento da SAL & Caldeira Advogados, Lda.

<sup>1</sup>Revista Exame, n° 14, Agosto 2013, Edição Moçambique, pág. 23.

<sup>2</sup>Jornal Domingo, Edição de 03 de Novembro de 2013.

<sup>3</sup>Nos termos do artigo 5, da Lei n° 8/91, de 18 de Julho (“Lei das Associações”), as associações adquirem personalidade jurídica pelo reconhecimento feito pelo governo ou pelo seu representante na província, quando a actividade da associação se confine ao território desta.

<sup>4</sup>Relativamente a indústria petrolífera, foi criada a Associação Moçambicana de Operadores Petrolíferos Internacionais (AMOPI). A Associação Moçambicana para o Desenvolvimento do Carvão Mineral (AMDCM), que opera no sector há vários anos, tem maior enfoque para empresas que exploram o carvão mineral. Por sua vez, a Associação Moçambicana de Operadores Mineiros (AMOMINE) está virada para mineração em escala modesta. Finalmente, tem sido importantíssima a voz da Confederação das Associações Económicas (CTA), que representa o sector privado como um todo.



**inBid**

O inBid é uma plataforma digital de aquisições em Moçambique, promovida pela ACIS, em parceria com a Pandora Box (responsável pela gestão dos conteúdos) e a ITMZ Serviços e Soluções (responsável pela gestão das infraestruturas).

Qualquer instituição oficialmente registada em Moçambique pode ter acesso ao inBid e consultar gratuitamente informação sobre os concursos publicados na imprensa local durante a última semana.

Para ter acesso à base de dados de todos os anúncios de concursos disponíveis na plataforma basta registar-se como membro do inBid, a subscrição é grátis para registo de empresas como fornecedores. Terá direito a uma Área Pessoal na qual pode manter um Perfil actualizado da sua instituição e os documentos que comprovam a sua elegibilidade para participar em concursos. Pode ainda interagir com os outros membros do inBid, lançar convites e receber propostas de aquisições. O inBid sistematiza os anúncios de solicitações de manifestações de interesse e de propostas, assim como de adjudicações e cancelamentos publicados diariamente na imprensa local, classificados por assuntos e por localização geográfica (Província). Apresentamos neste suplemento dados estatísticos e gráficos referentes aos concursos publicados no corrente ano.

Para mais informações visite-nos em [www.inbid.net](http://www.inbid.net) ou contacte-nos através do [emailinfo@inbid.net](mailto:emailinfo@inbid.net) e [info.inbid@gmail.com](mailto:info.inbid@gmail.com), ou pelos telefones 21308040/41, 848997399 ou 823146330.